



EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SOB OS PLANOS NACIONAIS DA EDUCAÇÃO: EXPECTATIVAS, FATOS E PERSPECTIVAS

Aparecida Andrés
Consultora Legislativa da Área XV
Educação, Cultura e Desporto

ESTUDO TÉCNICO

JULHO DE 2017

O conteúdo deste trabalho não representa a posição da Consultoria Legislativa, tampouco da Câmara dos Deputados, sendo de exclusiva responsabilidade de seu autor.

© 2017 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus(suas) autores(as), não representando a posição da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal de consultor(a)

Expansão da educação superior sob os Planos Nacionais da Educação: expectativas, fatos e perspectivas

*Aparecida Andrés*³⁷

Introdução

O dia 25 de junho de 2014 pode ser visto como a data festiva em que a então presidente Dilma Rousseff sancionou, sem vetos, a Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, o PNE II. Encerrada a vigência do primeiro PNE (PNE I), em 31 de dezembro de 2010, o país ficara quase quatro anos a descoberto, descumprindo o mandato constitucional definido em seu art. 214 de ter plano nacional de educação de duração plurianual, com diretrizes, objetivos, metas, estratégias e amplo escopo.

O PNE II (2014/2024) estabelece vinte metas a serem cumpridas ao longo de dez anos, com suas respectivas estratégias. Elas abrangem da educação infantil à educação superior, passando pela gestão educacional, pela formação, pela definição de carreira e remuneração dos professores e incluem dispositivo que assegura 10% do produto interno bruto (PIB) para o financiamento das iniciativas previstas. As metas 12, 13 e 14 referem-se à educação superior.

Este artigo versa sobre a temática focalizada pela meta 12, que preconiza elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa

.....
37 Consultora legislativa da Câmara dos Deputados com atuação na área XV (educação, cultura e desporto).

líquida para 33% da população da faixa de 18 a 24 anos,³⁸ asseguradas a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público. Tratará da expansão da educação superior, em nível de graduação, ocorrida de 1998 a 2016, aspecto central para a democratização da educação, diretriz orientadora do primeiro e do segundo PNEs e aspecto essencial da meta 12 do PNE II. Parte-se das *expectativas* de crescimento desse nível educacional, levantadas pelo PNE I, cujo diagnóstico de base considera a situação da área em 1998. Passa-se à análise dos principais *fatos* relativos à expansão ocorrida entre 1998 e 2014, e, por fim, discutem-se as *perspectivas* de evolução da educação superior quanto ao que preconiza o PNE II no que se refere à ampliação do acesso e à correção das desigualdades, dimensões fundamentais para a efetiva democratização da educação.

As expectativas

O PNE I apontava, em sua introdução, a necessidade de “renovação e desenvolvimento” da educação superior, dada a pressão dos concluintes do ensino médio, nível de ensino que, segundo o plano, apresentava a “maior taxa de crescimento nos últimos anos”. Tinha em conta, portanto, a demanda pela expansão da educação superior, visando à democratização do ensino, dada a pressão por acesso de um alunado de composição mais ampla que a tradicional, oriundo do nível médio. A preocupação com o crescimento qualificado das universidades federais, em nível de graduação e pós-graduação, se fazia presente, pois essas instituições oferecem educação pública, gratuita e de excelência, reunindo o corpo docente mais titulado e ativo na produção de pesquisa, ciência e tecnologia do país. O crescimento

38 Taxa *bruta* de matrícula é o percentual da população matriculada em determinado nível de ensino, em relação à população total que se encontra na faixa etária recomendada para esse nível; taxa *líquida* é o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino recomendado para tal faixa; na educação superior é calculada em relação à faixa etária de 18 a 24 anos.

regional desequilibrado das vagas na educação superior nacional, privilegiando as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste era também apontado. Já era destacada a hegemonia do setor privado na oferta de educação superior de 1994 a 1998, apresentando crescimento de 36%, em detrimento do setor público, com 12% de crescimento nas instituições federais de educação superior (Ifes), 19% nas estaduais e 28% nas municipais.

Além disso, ressaltava-se que as taxas brasileiras de escolarização líquida na graduação eram as piores na América Latina: em 1998, apenas 12% da faixa populacional de 18 a 24 anos era atendida. Assim, a expansão do setor público, orientada e direcionada para favorecer o acesso, a permanência e o proveito educacional sobretudo dos jovens de 18 a 24 anos, tornou-se meta do plano, o que demandaria aporte de recursos financeiros expressivos. Por fim, o PNE I pontuava que tal expansão deveria se fazer sem abrir mão dos “parâmetros de qualidade”.

Os fatos

Serão analisados os indicadores que permitirão avaliar o cumprimento das metas de expansão e democratização constantes do PNE I, como a evolução do número das instituições de educação superior (IES), do número de cursos e vagas de graduação. Em seguida, verificar-se-á a evolução das matrículas, de 1990 a 2015, destacando o desempenho do segmento privado e do segmento federal público, e a diferenciação entre a oferta presencial e a distância. Será também examinada a evolução das taxas de escolarização bruta e líquida na educação superior.

Tentar-se-á aventar hipóteses elucidativas dos achados quantitativos, com ênfase nas políticas públicas implementadas na fase estudada, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa de Expansão da Rede de Educação

Técnica e Tecnológica e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

E, por fim, buscar-se-á delinear o perfil dos alunos matriculados nas IES e apontar os cursos de graduação mais procurados.

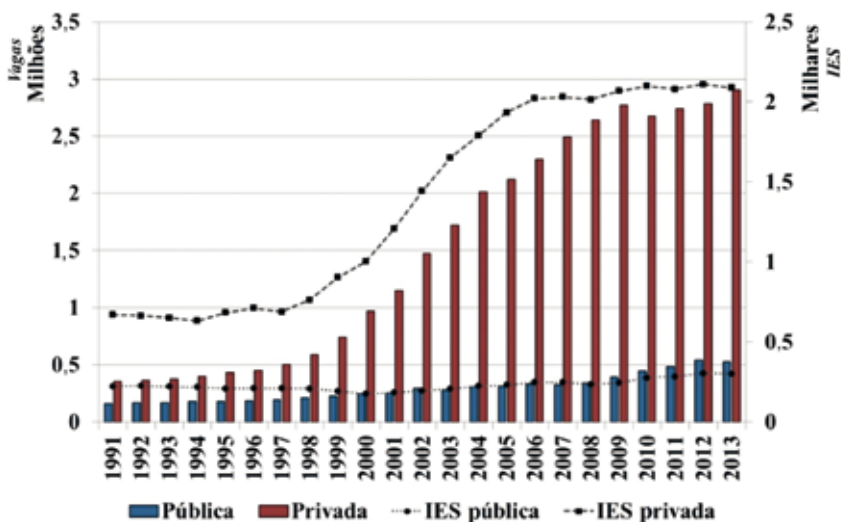
A expansão da educação superior: instituições, cursos e vagas

Em 1990, as 871 instituições de educação superior (IES) existentes no Brasil ofereciam 4.288 cursos de graduação, nos quais estavam matriculados 1,54 milhão de alunos, 64% deles em IES privadas. Essas instituições exibiam, no entanto, 20% das vagas disponíveis, ociosas, e cerca de 1,5 milhão de candidaturas sem atendimento.

Com o passar dos anos, já se evidenciava um padrão evolutivo de crescimento, que, em grandes linhas, pouco se alteraria nas décadas subsequentes: a forte expansão do número de IES, de cursos e de vagas disponíveis (e boa parte delas ociosas, principalmente no setor privado), o ingresso de novos alunos muitas vezes menor que o contingente de interessados nas vagas existentes e o crescimento significativo das matrículas totais, sobretudo no setor privado.

Assim, em 1998, o país já contava com 973 IES, oferecendo 6.950 cursos de graduação, em que estavam matriculados 2,13 milhões de alunos, 19% deles em federais e 62% nas IES privadas. Foram oferecidas quase 804 mil vagas no vestibular do ano, sendo 73% privadas. Naquele ano, as vagas ociosas continuavam em cerca de 20%, sobretudo no setor privado, apontando a necessidade de crescimento diferenciado e mais rápido no segmento público e gratuito, dada a impossibilidade financeira da maioria dos candidatos de pagar por seus estudos. O gráfico 1 representa bem a expressiva diferença do crescimento ocorrido nos segmentos privado e público:

Gráfico 1 – Evolução do número de novas vagas de graduação oferecidas e de IES, por dependência administrativa – 1991-2013



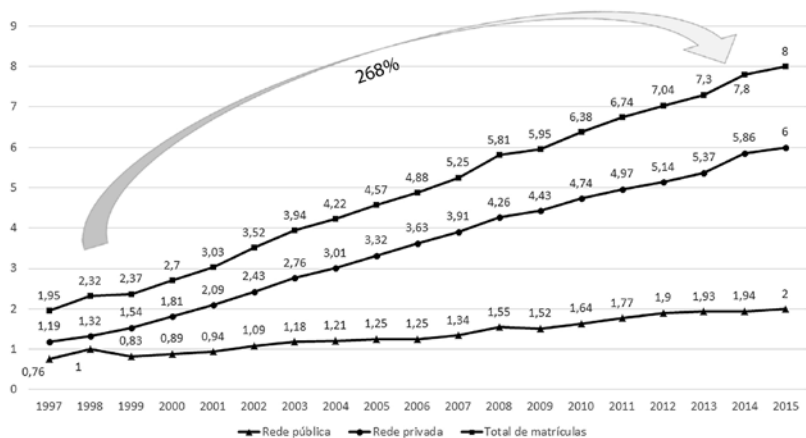
Fonte: Censos da Educação Superior – Inep.

Elaboração: Tachibana, Menezes Filho e Komatsu (2015).

A evolução das matrículas de graduação

Em linhas gerais, destaca-se a formidável expansão das matrículas de graduação – 268% (1998-2014), com predomínio absoluto do setor privado, nos ensinos presencial e a distância. O gráfico 2 mostra a evolução das matrículas de graduação, destacando os quantitativos por ano e distinguindo as curvas que evidenciam os ritmos bastante diferenciados de crescimento nas redes pública e privada.

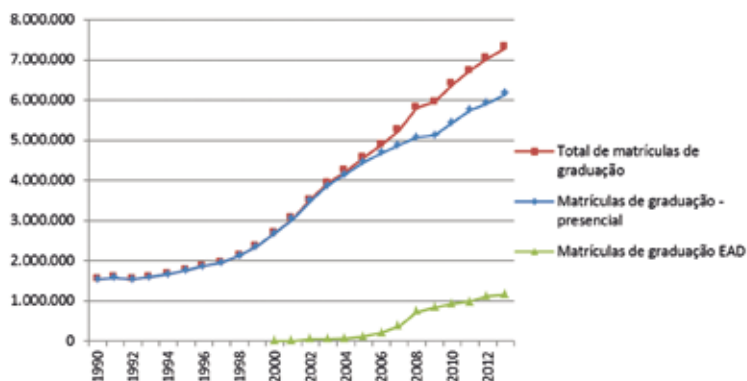
Gráfico 2 – Matrículas na educação superior: totais e por dependência administrativa – 1997-2015 (em milhões)



Fonte: Censos da Educação Superior – Inep.
Adaptação da autora (MERCADANTE, 2016).

O gráfico 3 exibe a mesma curva de crescimento das matrículas totais na graduação, cotejando-a com os comportamentos evolutivos das matrículas presenciais e a distância, revelando o predomínio do ensino presencial:

Gráfico 3 – Matrículas na educação superior – graduação total, presencial e a distância – 1997-2013



Fonte: Censos da Educação Superior – Inep.
Elaboração da autora.

» *Matrículas de graduação presencial na vigência do PNE I*

No período de abrangência do PNE I (1998-2014),³⁹ as matrículas de graduação presencial cresceram 153,3%, devido, principalmente, à forte expansão do setor privado, que registrou taxa de crescimento de 201,8%, o que deixa entrever uma retração nas matrículas do segmento público.

Essa fase recobre a atuação de três governos centrais: o segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1999 a 2002, os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, e também o primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, compreendendo um total de sete ministros da Educação.⁴⁰

Destaca-se, na tabela 1, o crescimento das matrículas presenciais totais e privadas na graduação, entre 1995 e 2002 (governo FHC).

Tabela 1 – Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais por dependência administrativa das instituições ofertantes – 1995-2002

Ano	Total	IES públicas			IES privadas (%)
		Federais (%)	Estaduais (%)	Municipais (%)	
1995	1.759.703	367.531 (20,9%)	259.215 (14,7%)	93.794 (5,3%)	1.059.163 (60,2%)
2002	3.479.913	531.634 (15,3%)	415.564 (11,9%)	104.452 (3%)	2.428.254 (69,7%)
Taxa de crescimento (%)	97,8 %	44,7%	73,7%	11,4%	129,3%

Fonte: Censos da Educação Superior – Inep.
Elaboração da autora.

39 Consideramos como base o ano de 1998, pois os dados desse ano foram tomados como ponto de partida para a elaboração do PNE I, cuja vigência, na Lei nº 10.172/2001, que “aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências”, recobriria o período de janeiro de 2001 a janeiro de 2010. O período estende-se até 2014, pois nesse ano foi sancionado o PNE II.

40 No governo FHC, Paulo Renato de Souza; sob Lula, Cristovam Buarque, Tarso Genro e Fernando Haddad; sob Dilma, Haddad, Aloizio Mercadante e Henrique Paim. Ainda no governo Dilma, o PNE II entrou em vigor sob três ministros da Educação: Cid Gomes (2015), Renato Janine Ribeiro (2015), e Aloizio Mercadante (2015/2016). Depois do *impeachment* da presidente Dilma, em 31/8/2016, o deputado Mendonça Filho assumiu o Ministério da Educação, no governo do presidente Michel Temer, em curso.

Nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique, as matrículas na educação superior presencial quase dobraram ao final do período (97,8%), em relação a 1995, por força de um expressivo aumento nas matrículas do setor privado (129,3%), que passaram de uma participação de 60,2% do total em 1995 para 69,7% em 2002. Houve menor expansão das matrículas presenciais públicas, mas, por outro lado, crescimento de 44,7% nas instituições federais no período, relacionado à melhora no fluxo da educação básica ao longo dos anos 1990, o que repercutiu no número de formandos do ensino médio, que, entre 1991 e 1999, cresceu 133% (CASTRO, 2000).

No primeiro ano do mandato do presidente Lula, a matrícula em cursos privados presenciais de graduação ultrapassou os 70% do total, até chegar a 75%, em 2007 e 2008, recuando para 73% em 2010.⁴¹ É o que mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais por dependência administrativa das instituições ofertantes – 2003-2010

Ano	Total	IES públicas			IES privadas (%)
		Federais (%)	Estaduais (%)	Municipais (%)	
2003	3.887.022	567.101 (14,6%)	442.706 (11,4%)	126.563 (3,3%)	2.750.652 (70,8%)
2010	5.449.120	833.934 (15,3%)	524.698 (9,6%)	103.064 (1,9%)	3.987.424 (73,2%)
Taxa de crescimento (%)	40,2%	47,1%	18,5%	-18,6%	45%

Fonte: Censos da Educação Superior – Inep.
Elaboração da autora.

41 Já no governo Dilma Rousseff, a proporção começa a recuar até os 71%, em 2012 e 2013; sobe novamente em favor do setor privado para 72% (em 2014) e 73% (em 2015).

A análise comparada das tabelas 1 e 2 revela que o rápido crescimento do total de matrículas presenciais de graduação observado no governo Fernando Henrique perdeu velocidade nos oito anos do governo Lula, caindo para menos da metade (taxa de crescimento de 40,2%) da observada no período anterior, mesmo que de 2003 a 2010 a expansão das matrículas no setor privado e nas federais tenha superado essa média de crescimento, alcançando, respectivamente, 45% e 47,1%.

Há, nesse período, movimento inverso ao ocorrido nos anos 1990, quando a expansão das matrículas e de concluintes do ensino médio alavancou o crescimento geral das matrículas de graduação. De 2004 a 2008, desacelerou-se o crescimento das matrículas na educação superior, inclusive no setor privado, que cresce apenas 22%; em contrapartida, revela-se nesse segmento um incremento significativo de vagas ociosas.⁴² Esse fenômeno se relaciona com a estagnação/regressão das matrículas no ensino médio a partir de 2005 (9,17 milhões de matrículas em 2004; 9 milhões em 2005; 8,9 milhões em 2006; e 8,4 milhões em 2007). De 1998 a 2000, o número de concluintes do ensino médio regular passou de 1,5 para 1,8 milhão, mas estacionou nesse patamar. A despeito dos 8,3 milhões de alunos matriculados no ensino médio em 2010, a série histórica aponta para uma acomodação da matrícula a partir de 2005 e coloca o desafio da retomada da expansão verificada na década de 1990 e no início dos anos 2000, desafio este que, na conjuntura atual, também está na base da reformulação do ensino médio promovida pelo governo federal.⁴³

.....
42 A Eunice Durham e a Claudio de Moura Castro parece que as vagas das instituições privadas ditas “ociosas” são, na realidade, imaginárias, declaratórias, não vinculadas à demanda efetiva e decorreriam das autorizações emanadas do MEC para abertura de novas vagas, solicitadas pelas instituições privadas.

43 O Observatório do PNE, do movimento Todos pela Educação, aponta que cerca de 2,8 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos estão fora da escola. Desses, aproximadamente 1,7 milhão têm 15 a 17 anos e deveriam estar cursando o ensino médio. A melhora recente das taxas de fluxo escolar no ensino fundamental aumenta o número de matrículas do ensino médio, mas ainda está longe de alcançar os patamares ideais. Altas taxas de evasão e currículos ultrapassados têm caracterizado o ensino médio do século XXI. (ENSINO..., 2017)

Quanto às IES federais, importa observar que a taxa de crescimento das matrículas presenciais, que no governo Fernando Henrique alcançara 44,7%, registrou aumento de quase três pontos percentuais no governo Lula, compensando, de certa forma, no segmento público, a retração importante observada de 1995 a 2010 nas matrículas das instituições públicas municipais (crescimento de 11,4% no governo FHC e regressão de -18,6% no governo Lula) e nas registradas nas IES públicas estaduais (73,7% de crescimento no governo FHC *versus* 18,5%, no governo Lula). Em termos gerais, essa retração de matrículas observada no período 2002-2010 pode ser vista como obstáculo para o cumprimento da meta do provimento de pelo menos 40% de vagas novas no setor público.

O mencionado crescimento nas matrículas presenciais nas federais se relaciona com a intervenção governamental de apoio financeiro às Ifes, por meio do Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que tem sua fase áurea de 2005 a 2012. A análise da participação das instituições públicas federais nas matrículas totais *vis-à-vis* a participação das matrículas em IES privadas nos dois períodos mostra que, no governo Fernando Henrique, a participação delas nas matrículas é, em 1995, de 20,9% do total, caindo, em 2002, para 15,3%, enquanto o setor privado apresenta tendência inversa, com 60,2% das matrículas em 1995 e 69,7% em 2002. Durante o governo Lula, as matrículas das federais, que, em 2003, tinham participação de 14,6% do total – menor que a observada em 2002 –, crescem lentamente até alcançar, no ano final, os mesmos 15,3% de participação registrados oito anos antes, em 2002, último ano do governo FHC.

Quanto ao setor privado, que, em 2003, detinha 70,8% do total das matrículas presenciais, tem sua participação elevada para 73,2% em 2010, taxa de crescimento maior do que a das matrículas das Ifes. A série histórica evidencia também que, de 1999 até 2002, as matrículas de graduação presencial nas instituições privadas eram bem distribuídas entre o seu segmento lucrativo e o não lucrativo, com preponderância do segun-

do – as instituições privadas comunitárias/confessionais/filantrópicas. Em 2002, o segmento privado com fins lucrativos passou a preponderar, acentuando sua hegemonia no período Lula, até registrar, em 2009, 2 milhões de matrículas.

De 2010 a 2014, o quadro geral não sofreu alteração de monta. Segundo o Censo do Inep, em 2014, em um total de 6,49 milhões de matrículas presenciais, o setor privado reunia 4,66 milhões (72% do total). Vale dizer que, em 2014, sete em cada dez alunos de graduação presencial estudavam em IES privadas; e não chegavam a dois os que estudavam em IES federais.

» *Matrículas de graduação a distância na vigência do PNE I*

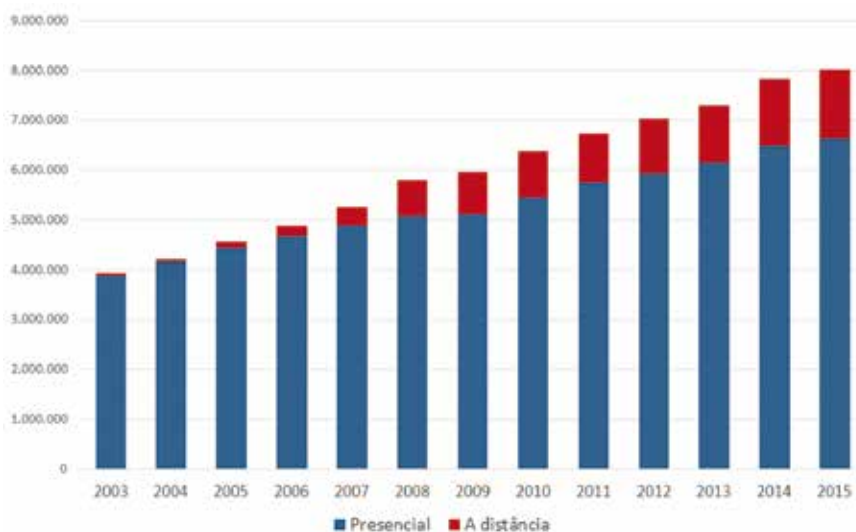
Observa-se tendência análoga de grande expansão, com predomínio mais expressivo do setor privado, também na oferta de graduação na modalidade educação a distância. Em 2000, o Censo Educacional registrava apenas 1.682 matrículas na graduação a distância; em 2004, elas já eram 59.611; em 2005, quase dobraram, até ultrapassarem, em 2012, o patamar de um milhão de matrículas. O período de maior crescimento ocorre entre 2005 e 2008. Em 2014, já se contavam 1.341.842 matrículas por EAD (90% delas privadas), oferecidas em 1.365 cursos superiores, dentre os quais predominavam as licenciaturas. E o Censo mostra ainda que, na EAD, a concentração da oferta no setor privado é muito maior que a do ensino presencial.

Não obstante todo o esforço e dispêndio dos sucessivos governos, a participação das instituições públicas nas matrículas de EAD vem diminuindo, ano a ano, com exceção de 2008: em 2003, primeiro ano do governo Lula, o setor público reunia 80% das matrículas; em 2014, no final do primeiro governo Dilma, essa proporção caiu para cerca de 10%. No intervalo analisado, por seis vezes o segmento público da graduação por EAD apresentou taxa de crescimento negativa, ainda que com número absoluto de alunos crescente. Faz sentido, portanto, a tentativa recente do Ministério da Educação, para mitigar essa situação por meio do Decreto nº 9.057/2017, que estimula e

flexibiliza a oferta da educação superior (e em situações emergenciais, até mesmo da educação básica) pela modalidade da educação a distância.

O ingresso nos cursos por EAD das IES privadas foi muito maior, no período estudado, do que nas IES públicas: quatro vezes maior em 2007, 50% maior em 2008. Houve, contudo, retração de matrículas por EAD tanto no segmento público quanto no privado, de 2012 a 2015. O gráfico 4 resume esses achados.

Gráfico 4 – Evolução das matrículas de graduação, por modalidade – 2003-2013



Fonte: MEC/Inep.

Elaboração: Censo da Educação Superior de 2013 (MERCADANTE; SOARES, 2013).

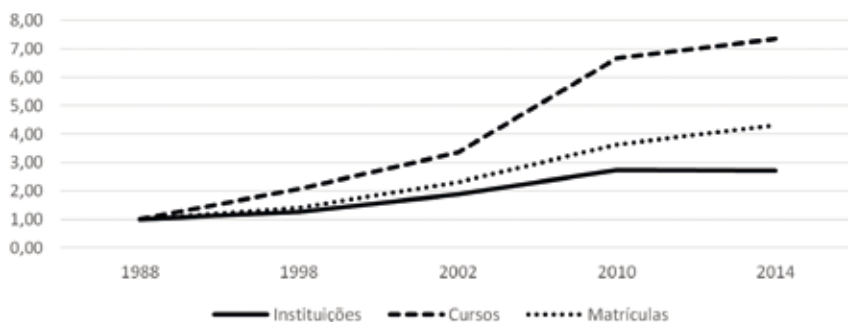
» *Síntese: as matrículas de graduação (presenciais e a distância) na vigência do PNE I*

Primeiramente, cabe destacar o formidável e ininterrupto aumento dos indicadores da educação superior no período 1998-2014, vale dizer, do número de instituições de educação superior, de cursos de graduação

(presenciais e a distância) bem como das matrículas de graduação, estas perfazendo taxa de crescimento de 268%.

Lembre-se que o PNE I tomava como ponto de partida, para as expectativas de expansão da oferta, as 2.126 milhões de matrículas reunidas nos 8,88 mil cursos de graduação oferecidos pelas 1.097 IES existentes em 1998. Em 2014, o Brasil já atingira o patamar de 7,83 milhões de matrículas, em 31,5 mil cursos de graduação de 2.368 IES. O gráfico 5 representa o crescimento desses fatores no período 1998-2014.

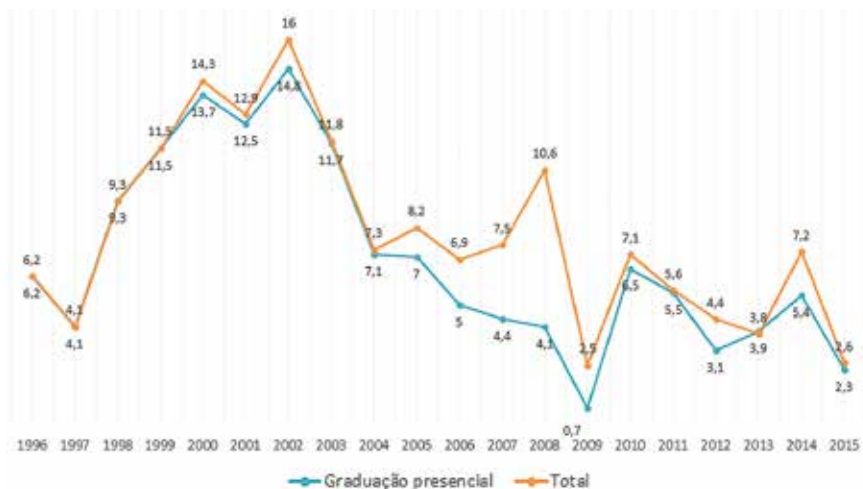
Gráfico 5 – Velocidade comparada do crescimento de IES, cursos e matrículas de graduação – 1998-2014 (escalas ajustadas)



Fonte: Censos de Educação Superior – Inep.
Elaboração da autora.

Informação nova se agrega à análise ao se verificar o comportamento das taxas de crescimento do conjunto de matrículas ao longo do tempo. É o que revela o gráfico 6.

Gráfico 6 – Taxas anuais de crescimento das matrículas (presenciais e por EAD) na educação superior – 1996-2015 (%)



Fonte: Corbucci (2014), Tachibana (2015) e Censos da Educação Superior – Inep. Adaptação da autora.

A despeito do expressivo crescimento das matrículas no ensino superior (268%, de 1998 a 2014), em números absolutos, observa-se no gráfico precedente que a curva dos percentuais de crescimento das matrículas totais e presenciais, ano a ano, é irregular, com tendência de queda, apesar dos picos de crescimento observados em 2002, 2008 e 2014 (anos finais de governo). Notáveis são também os períodos de retração das matrículas.

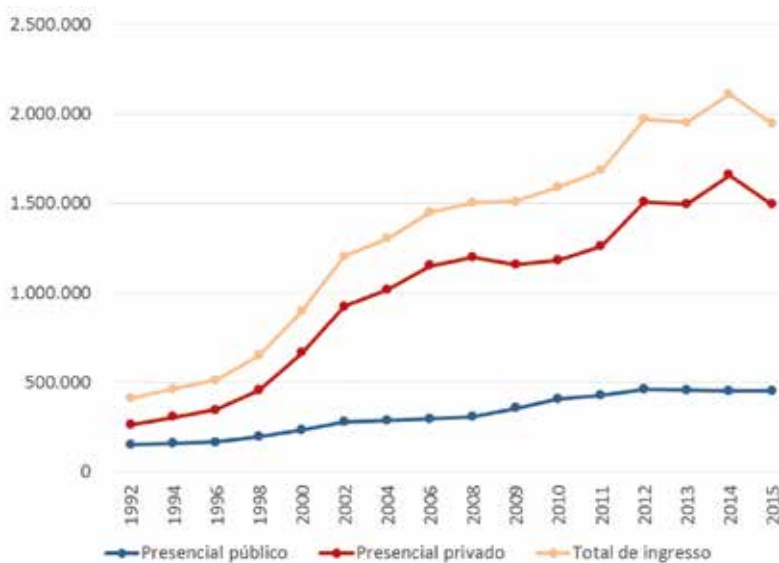
Observe-se ainda que dado o seu pico de crescimento em 2008, as matrículas de graduação por EAD foram responsáveis, de um lado, pela relativa estabilização, de 2004 a 2007, das matrículas totais, com taxas de expansão reduzidas a bem menos da metade da observada em 2002. No entanto, em 2008-2009, verifica-se a maior retração do período na evolução das matrículas em geral.⁴⁴ A partir de então, ocorre expressivo crescimento até 2010, quando então se inicia nova queda nas matrículas

44 O fenômeno pode relacionar-se à mudança de metodologia introduzida pelo Inep, em que os alunos passam a ter registro mais acurado por meio de seus respectivos CPFs.

até chegar a um mínimo – para as presenciais, em 2012, e para as matrículas totais, em 2013, elevando-se a curva novamente, em 2014, e caindo mais uma vez, em 2015, para menos de 3% de taxa de crescimento.

Complementa essa análise o detalhamento de outro indicador: a evolução das novas matrículas presenciais (dos ingressantes por processos seletivos), no segmento público e privado. É o que mostra o gráfico 7.

Gráfico 7 – Matrículas novas por processo seletivo na graduação presencial, segundo a dependência administrativa das IES – 1992-2015



Fonte: Censos da Educação Superior – Inep.
Elaboração da autora.

Os dados dos Censos da Educação Superior mostram um crescimento constante, em termos absolutos, das matrículas novas totais, à razão de um acréscimo em torno de 100 mil matrículas, até 2012, quando se observa a retração de novas matrículas, de 2012 a 2013 e de 2014 a 2015. Esse movimento é também observado nas curvas evolutivas do setor público e, principalmente, privado. O setor público passa a registrar perda de matrículas novas depois

de 2012. Em termos da participação percentual, há, também aqui, predomínio do segmento privado, cuja participação chega a 80% das novas matrículas em 2008, recuando depois para patamares em torno de 77%.

No segmento público, o crescimento das novas matrículas é proporcionalmente muito menor e mais lento de 1992 a 2008, e melhora de 2008 a 2010, o que provavelmente se explica pela alavancagem proporcionada pelo Reuni; perde então velocidade e se retrai após 2012. No cômputo geral, o setor público não mais recupera a participação de 30% que alcançara em 1998; salvo exceções, oscila entre 21 a 23% de participação por todo o período, bastante longe, portanto, da meta de 40% de participação preconizada pela meta 12.

Que realidades estão por trás destes dados quantitativos?

Como hipóteses para elucidar tais movimentos, já foram anteriormente ressaltadas as interveniências, na curva das matrículas totais da educação superior, da expansão das matrículas e concluintes do ensino médio durante os anos 1990 e sua posterior estagnação, nos anos 2000, bem como a influência, em 2007-2008, da expansão das matrículas por EAD no segmento público.

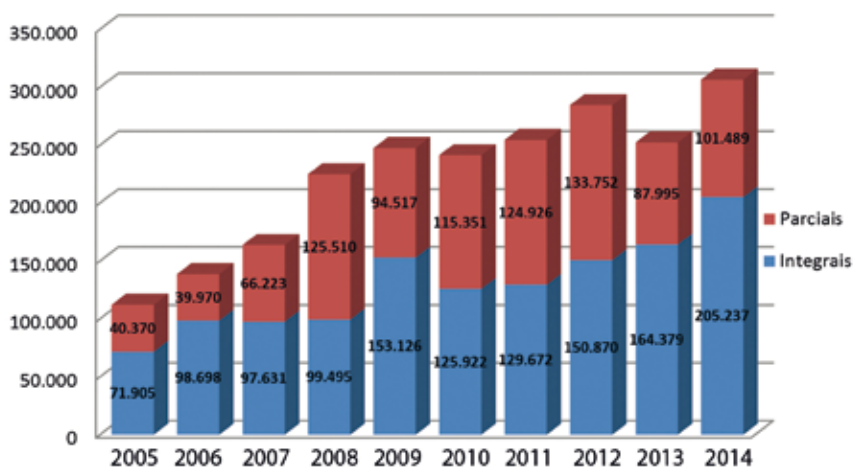
É de se supor, particularmente nos períodos de retomada do crescimento de matrículas, que programas governamentais criados ou em curso (com modificações) – como é o caso do Prouni, criado em 2005, e do Fies,⁴⁵ para o setor privado; e do Reuni, bem como da expansão da rede de educação técnica e tecnológica, para o setor público federal –, tenham operado efeitos significativos na evolução das matrículas de graduação, na vigência do PNE I e nos quatro anos subsequentes. É o que será examinado a seguir.

.....
45 O Prouni e o Fies oferecem diferentes contrapartidas às instituições de ensino superior que aderem aos programas. No Prouni, a IES recebe, como contrapartida da oferta de bolsas, isenção de impostos. Já as IES participantes do Fies recebem como contrapartida títulos da dívida pública, que podem ser utilizados para quitar débitos previdenciários junto ao INSS. Ver histórico do Fies no artigo “Um balanço do Fies: desafios, perspectivas e as metas do PNE”, de Renato de Sousa Porto Gilioli, nesta mesma obra.

» *O impacto do Prouni e do Fies na expansão da graduação e as taxas de escolarização*

Pode-se afirmar que a criação do Prouni e a reformulação do Fies influenciaram positivamente o crescimento das matrículas no setor privado, amortecendo e/ou corrigindo a queda de matrículas que vinha ocorrendo. Os gráficos de 8 a 11, que exibem a evolução dos dois programas de financiamento estudantil, proporcionam condições de se checar essa afirmação.

Gráfico 8 – Oferta de bolsas parciais e integrais do Prouni – 2005-2014



Fonte: Censos da Educação Superior – Inep.
Elaboração da autora.

Segundo o MEC e a Presidência da República, de 2005 a 2014 foram distribuídas 1.493.488 bolsas pelo Prouni, correspondendo a 67% do total de bolsas oferecidas ao programa pelas IES privadas no período (2,2 milhões). De 2005 a março de 2016, o Prouni acumulou mais de 805 mil bolsas não preenchidas (31,5% de ociosidade). E se o número de bolsas ofertadas e concedidas já é notável, maior ainda tem sido o número de candidaturas a elas. No primeiro semestre de 2016, por exemplo, para as

203.602 bolsas oferecidas (70% integrais), havia 1,6 milhão de interessados. No primeiro semestre de 2017, houve 1,535 milhão de candidaturas em primeira escolha para as 214 mil bolsas ofertadas. As concessões acumuladas de 2005 a 2016 perfazem a formidável cifra de 1,9 milhão de alunos atendidos, 85% deles em cursos presenciais. O quantitativo de bolsas em atendimento real gira atualmente em torno de 550 mil.

Neste quadro, é relevante saber qual tem sido a proporção de IES privadas com interesse em participar do Prouni, já que o programa lhes concede expressiva renúncia fiscal. No período de 2005 a 2014, uma proporção entre 57% e 69% das IES privados tem aderido anualmente ao Prouni. E como mostra a tabela 3, é também expressivo o montante, em reais, das sucessivas renúncias fiscais concedidas pelo governo às IES privadas aderentes ao Prouni, em troca da concessão de bolsas de estudo parciais e totais em estabelecimentos privados de ensino superior.⁴⁶

Tabela 3 – Prouni – Renúncia fiscal por ano – 2005-2016

Ano	Em R\$	Ano	Em R\$
2006	215.890.230	2012	758.423.247
2007	353.005.650	2013	1.057.371.641
2008	434.173.655	2014	1.125.462.898
2009	530.599.079	2015	970.434.955
2010	578.115.899	2016	1.279.543.726
2011	564.545.665	2017	–

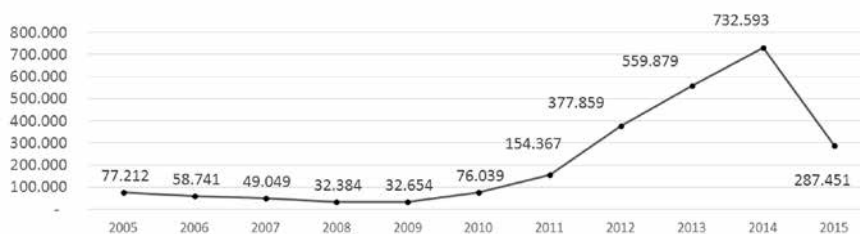
Fonte: Receita Federal (BRASIL, 2017).
Elaboração da autora.

Também o Fies impactou positiva e simultaneamente o crescimento das matrículas no segmento privado, ao viabilizar acesso e permanência dos

.....
46 Até 2011, as IES que aderiam ao Prouni gozavam de isenção fiscal, independentemente da ocupação das bolsas oferecidas, situação que se alterou, a partir de então – provavelmente em consequência da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o programa –, ficando a concessão dependente da ocupação efetiva das bolsas, o que implicou considerável economia para os cofres públicos.

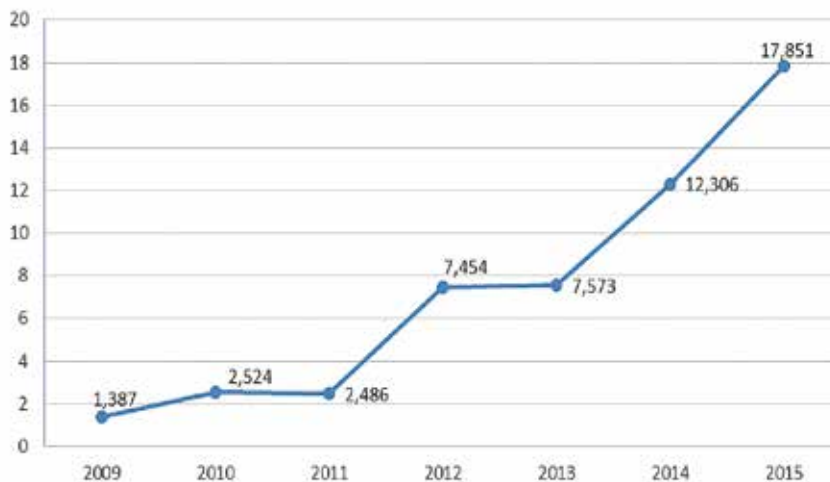
alunos nos cursos privados presenciais cadastrados. E ainda assegurou, como se verá, significativo aporte financeiro do governo às IES que aderiram ao programa. Os gráficos 9 e 10 detalham, respectivamente, a evolução do número de contratos firmados e os custos do Fies.

Gráfico 9 – Número de contratos firmados no Fies por ano – 2009-2015



Fonte: MEC/Sisfies.
Elaboração da autora.

Gráfico 10 – Evolução da dotação orçamentária autorizada para o Fies (em bilhões de reais)



Fonte: Siasi gerencial (BRASIL, 2017).
Elaboração da autora.

Cabe indagar se o número de alunos beneficiados pelas bolsas concedidas a fundo perdido para os estudantes, no Prouni, e a facilitação do acesso aos contratos de financiamento recambiável, pelo Fies impactaram significativamente o conjunto das matrículas de graduação, no sentido da consecução das metas do PNE. Vale ainda questionar se estes programas vêm colaborando para gerar mais equidade na frequência ao ensino superior no País.

Pesquisas demonstram que tem havido um movimento crescente de participação do Prouni e do Fies no conjunto de matrículas nas IES privadas e, portanto, no quadro total de matrículas de graduação. Tachibana, Menezes Filho e Komatsu (2015), por exemplo, afirmam que as matrículas de bolsistas Prouni

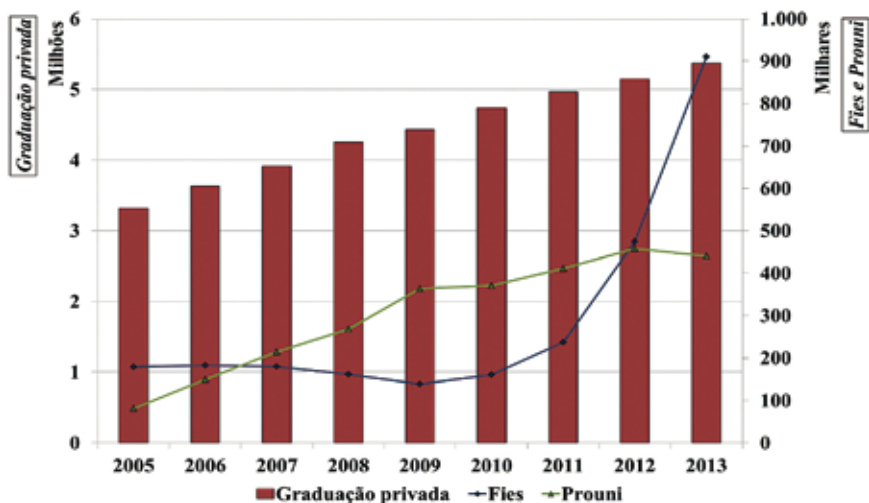
mantiveram tendência de aumento, partindo de cerca de 82 mil bolsistas em 2005 para 440 mil em 2013. Já as matrículas do Fies sofreram redução de 22% entre 2005 e 2009. Esse movimento de queda parece ter ocorrido devido ao surgimento do Prouni, em 2005. De fato, como ressalta Castro (2006), o Prouni logrou incorporar uma parcela de estudantes que não conseguiram atender às exigências de fiador do Fies.

Os autores apontam que a expansão decorrente da operação dos dois programas foi mais acentuada que a expansão das matrículas em geral (ver gráfico 11):

No período 2005/2013, enquanto as matrículas na graduação privada se expandiram 62%, o número de beneficiados pelo Prouni e financiados pelo Fies mais que quintuplicou. (...) O motivo mais aparente para essa inflexão parece ter sido a mudança na taxa de juros do programa, que se reduziu de 6,5% para 3,4% ao ano (...) e a possibilidade de obter o financiamento a qualquer momento, o relaxamento da exigência de fiador e o alongamento do prazo de quitação da dívida. (...) Isso modificou – especialmente por parte do Fies – a composição das matrículas do setor privado. Em 2005, os dois programas colaboravam para apenas 8% das matrículas (sendo

2,5% do Prouni e 5,5% do Fies). No período 2005/2010, a participação do Prouni se elevou consideravelmente, saltando de 2,5% para 9,3%, enquanto a participação do Fies se reduziu para 4%. Foi a partir de 2011 que houve uma mudança importante, devido ao amplo crescimento do Fies, culminando em uma participação combinada de 30,9% (sendo 20,8% do Fies e 10,1% do Prouni). É importante ressaltar que houve uma elevação de 10 pontos percentuais no Fies apenas no biênio 2012/2013. (TACHIBANA, MENEZES FILHO; KOMATSU, 2015, p. 35)

Gráfico 11 – Evolução dos beneficiados pelo Prouni, dos financiados pelo Fies e das matrículas na graduação privada – 2005-2013



Fonte: Tashibana, Menezes Filho e Komatsu (2015).

» *Taxas bruta e líquida de escolarização*

Importantes indicadores do significado da expansão quantitativa de matrículas na educação superior, no período de vigência do PNE I e nos quatro anos subsequentes, as taxas bruta e líquida de escolarização ajudam a visualizar o movimento relativo das matrículas de graduação, tendo por parâmetro os anos de 1998 e 2014.

Na tabela 4 pode-se verificar que, com exceção do intervalo de 2003 para 2004, ocorreu no período um crescimento dos dois indicadores examinados, ainda que bem mais lento no caso da taxa líquida. Entretanto, e em que pese o fato de que, após o fim do prazo vigência do PNE I, o país experimentou mais quatro anos sem a cobertura preconizada na lei, as metas de 30% e 50%, respectivamente relacionadas a esses indicadores, ainda estão longe de ser atingidas, o que coloca um problema quanto às perspectivas de cumprimento das metas relativas a essas taxas, repostas pelo PNE II.

Tabela 4 – Taxa bruta e taxa líquida de matrícula da educação superior – 1996-2015

Ano	Taxa líquida de matrícula	Taxa bruta de matrícula
1996	6,0%	9,3%
1997	6,3%	9,9%
1998	6,9%	10,9%
1999	7,5%	12,0%
2000	8,3%	13,6%
2001	9,0%	15,1%
2002	9,9%	16,6%
2003	10,8%	18,6%
2004	10,6%	18,6%
2005	11,4%	19,9%
2006	12,7%	22,5%
2007	13,3%	24,2%
2008	14,0%	25,5%
2009	14,7%	26,7%
2010	14,8%	27,2%
2011	14,9%	27,8%
2012	15,5%	28,7%
2013	16,7%	30,3%
2014	17,7%	34,4%

Ano	Taxa líquida de matrícula	Taxa bruta de matrícula
2015	18,1%	34,6%
Meta PNE I	30% em 2010	50% em 2010
Meta PNE II	33% em 2024	50% em 2024

Fonte: Censos da Educação Superior e IBGE (dados populacionais).
Elaboração da autora.

O foco nas regiões do país revela importante discrepância nessas taxas: a unidade da federação com a melhor taxa de escolarização líquida na educação superior é o Distrito Federal, com 33,3%, seguido de Santa Catarina (22,3%), Paraná (21,39%) e São Paulo (20,6%). Nas piores posições estão os estados do Maranhão, com 6,8%, seguido do Pará (7,5%), da Bahia (9,7%) e de Pernambuco (11%).

A despeito do benefício resultante do amplo crescimento do Fies, ao se focalizar o período 2011-2014 – o de maior expansão dos contratos –, verifica-se que não foi nele que se registrou o maior incremento das taxas bruta e líquida de atendimento. Neste intervalo, a taxa bruta foi de 27,8% para 34,4%, enquanto a taxa líquida foi de 14,9 para 17,7% – 6,6 pontos percentuais de crescimento na taxa bruta e 2,8 na líquida. No período anterior, entre 2005 e 2010, em que houve uma expressiva queda de 22% nas matrículas dos financiados pelo Fies, a taxa bruta saiu de 19,9% para 27,2%, e a taxa líquida foi de 11,4% para 14,8%, determinando, assim, gradientes mais altos de crescimento desses índices (respectivamente, 7,3 e 3,4 pontos percentuais).

Assim, a justificativa governamental para o acréscimo não usual de contratos do Fies, de 2011 a 2014 (com queda vertiginosa em 2015), não deve então ser creditada a um puro interesse da política pública de aumentar significativamente o número de alunos beneficiados. Há, inclusive, estudos mostrando que o programa, nesta fase de sua maior expansão, contemplou expressivo contingente de alunos antigos e até então pagantes, já

matriculados no sistema privado, em lugar de privilegiar os alunos novatos fora do sistema e sem condições de pagar as mensalidades.

A explicação para tal crescimento inusitado penderia mais, talvez, para a corroboração da hipótese da especial sensibilidade do poder público aos apelos da conjuntura política que antecedeu as eleições majoritárias de 2014, vale dizer, dos mantenedores de instituições privadas, principalmente os dirigentes dos grandes conglomerados educacionais, alguns com ações na Bolsa de Valores.

As tabelas 5 e 6 parecem apoiar essas afirmações.

Tabela 5 – Grandes grupos educacionais com ações na Bolsa e proporção de alunos com contrato do Fies na graduação presencial – 2009-2015

Ano	Kroton Educacional			Estácio Participações			Ser Educacional			Anima (GAEC Educação)		
	Total de Estudantes	Estudantes Fies	%	Total de Estudantes	Estudantes Fies	%	Total de Estudantes	Estudantes Fies	%	Total de Estudantes	Estudantes Fies	%
2009	43.612	n.d	-	186.900	n.d	-	n.d	n.d	-	n.d	n.d	-
2010	76.413	8.329	10,90%	173.100	n.d	-	28.079	1.017	3,60%	30.980	2.738	8,80%
2011	97.280	20.494	21,10%	189.900	15.200	8,00%	33.483	2.896	8,60%	32.495	6.372	19,60%
2012	130.976	58.943	45,00%	209.900	41.300	19,70%	48.670	15.916	32,70%	36.115	12.463	34,50%
2013	156.432	86.956	55,60%	239.400	76.100	31,80%	70.255	31.432	44,70%	42.647	19.729	46,30%
2014	422.783	258.794	61,20%	290.100	122.700	42,30%	101.195	48.046	47,50%	71.049	34.279	48,30%
2015	437.633	238.206	54,40%	331.000	136.400	41,20%	123.988	56.089	45,20%	72.740	29.406	40,40%

Fonte: sites de relacionamento com investidores das entidades educacionais.

Nota: n.d – dados não disponíveis.

Tabela 6 – Custo estimado por ano para manter os contratos do Fies já assinados – 2016-2020 (em reais)

Exercício	Custo estimado
2016	22.181.706.597,60
2017	17.998.834.284,00
2018	10.739.823.871,68
2019	3.624.328.412,64
2020	853.132.099,68
TOTAL	55.397.825.265,60

Fonte: BRASIL, 2016.

Nota: preços de dezembro de 2015 – R\$ 964,56 por contrato por mês.

A propósito desses dados, o Relatório de Auditoria do TCU/2016 sobre o Fies destaca que houve

expressivo crescimento da participação do Fies no universo de alunos matriculados em cursos de graduação presenciais *destas instituições focalizadas*, atingindo, em 2015, mais de 40% do total de estudantes de cada um dos quatro grupos educacionais. Em 2014, coincidindo com o ano de maior crescimento do Fies, quando foram concedidos 732 mil financiamentos, houve também a maior proporção de estudantes Fies, superando 60% do total, no caso do grupo Kroton Educacional. (BRASIL, 2016, grifo do autor)

A problemática se torna mais complexa em vista do fato de que o pagamento de 53% dos 526,2 mil contratos do Fies celebrados a partir de 2010 e em fase de amortização estavam, em setembro de 2016, com atraso de mais de dois meses (a inadimplência já era de 47% em 2014 e de 49% em 2015, conforme a Controladoria-Geral da União e o TCU). Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), gestor do Fies, 172.823 contratos firmados a partir de 2010 já estavam na etapa de ressarcimento e 49,8% deles (ou 86.031) estavam inadimplentes (MORENO, 2016). Tais dados colocam em dúvida se o Tesouro Nacional, que já subsidia a fundo perdido parte do financiamento estudantil com o Prouni, terá de volta um investimento acumulado, que, só de 2010 a 2016, já alcançava R\$ 55,5 bilhões.

De toda maneira, o Fies, como mostrou o gráfico 9, experimenta desde 2015 fase de grande descenso no número dos contratos, mas proporcionou e continua a proporcionar substancial lucro para as empresas que atuam na educação superior e que aderiram ao programa. É também fato que em paralelo, foram viabilizados com o programa incrementos importantes na expansão da matrícula de alunos menos abonados – resultado visado pelo PNE. O que se pode questionar é se o investimento desses recursos vultosos teria produzido efeitos similares, caso tivesse sido feito nas IES públicas. Pode-se perguntar também quais os motivos

declarados pelo governo para tão expressivo e ininterrupto apoio governamental ao setor privado na educação superior.

O ex-ministro Aloízio Mercadante, ao justificar, em 2016, a renúncia fiscal vultosa implicada pelo Prouni, declarou que os custos do programa seriam menores do que aqueles necessários para criar vagas na rede pública (PROUNI..., 2016).

O professor Mozart Neves Ramos, diretor do Instituto Ayrton Senna, concorda com a afirmação do ex-ministro, mas faz as seguintes ressalvas:

eu tomaria duas direções: a primeira é [usar o programa] para ser um indutor nas áreas que o país mais precisa de desenvolvimento. A segunda é a questão da qualidade do curso que está sendo oferecido. (PROUNI..., 2016)

Seria também necessária uma distribuição mais direcionada e regionalizada das bolsas. No primeiro semestre de 2016, por exemplo, os cursos que ofereceram mais vagas no Prouni foram os da área de engenharia (28 mil), administração (20 mil) e pedagogia (13 mil). Medicina foi aquinhoadada com apenas 838 vagas pelo programa, a despeito da sabida carência de médicos em várias regiões do Brasil. Em 2015, São Paulo foi o estado que mais ofertou bolsas do Prouni, seguido de Minas Gerais e Paraná. Os que menos ofertaram foram Amapá, Acre e Roraima.

As políticas públicas para as IES federais: o Reuni e o plano de desenvolvimento e expansão da educação técnica e tecnológica

O governo federal, talvez em vista da proporção das matrículas do segmento público renitentemente baixa, em comparação com a do setor privado, e experimentando queda importante a partir de 2003, no primeiro mandato do presidente Lula, somada às pressões das universidades federais por acréscimos em seus orçamentos e também à premência no atendimento das metas do PNE I, decidiu criar, por meio do De-

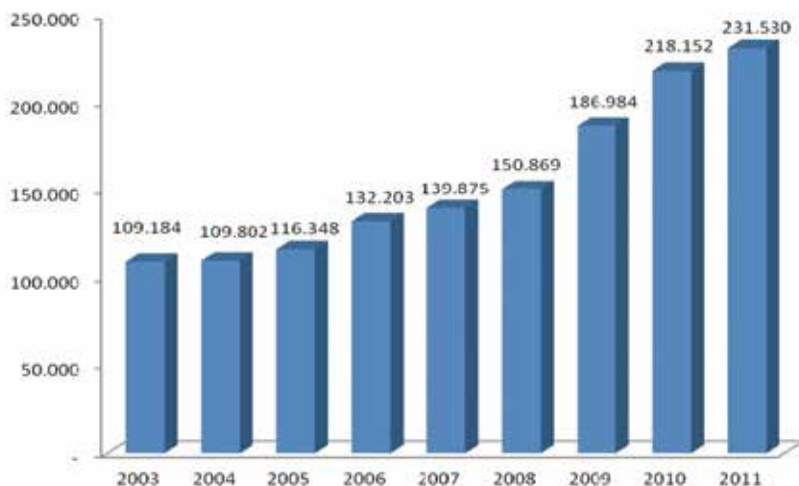
creto Presidencial nº 6.069/2007, o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

As ações visavam promover a expansão física, acadêmica e pedagógica das unidades da rede federal, com vistas ao aumento de vagas nos cursos de graduação, à ampliação da oferta de cursos noturnos, à promoção de inovações pedagógicas e ao combate à evasão, com o propósito de diminuir as desigualdades sociais refletidas na educação.

Havia metas específicas a serem cumpridas em cinco anos, entre as quais estavam dobrar o número de matrículas de graduação, nas universidades federais, especialmente no período noturno; reduzir as taxas de evasão; elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação para 90%; prover educação superior para pelo menos 30% dos jovens de 18 a 24 anos; aumentar para 18 a quantidade média de alunos por professor; diversificar as modalidades de graduação, através da flexibilização dos currículos; e promover a revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem.

O governo federal destinou ao Reuni cerca de R\$ 10 bilhões até 2012. Os resultados efetivos da implantação e desenvolvimento deste programa foram significativos e as comunidades universitárias das federais pressionaram o MEC para que ele fosse continuado após 2012, ano previsto para seu término. O programa foi retomado com orçamento decrescente a partir de 2013. O gráfico 12 evidencia a expansão de vagas e de matrículas nas instituições federais de ensino superior, incluindo o período abrangido pelas ações do Reuni (2008-2012).

Gráfico 12 – Vagas na graduação presencial nas Ifes – 2003-2011



Fonte: Censos da Educação Superior – Inep.
Elaboração da autora.

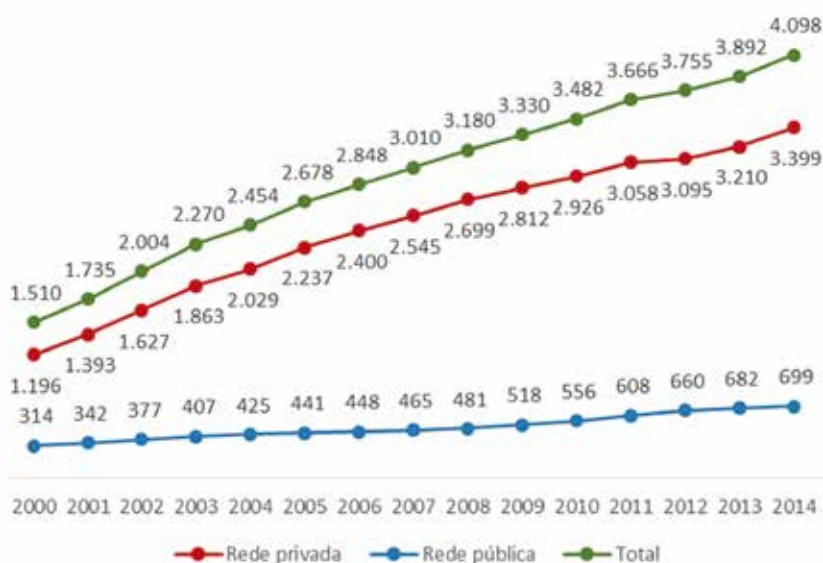
Entretanto, uma das metas do Reuni ainda não mereceu a devida atenção dos estudiosos que têm feito o balanço do sucesso do programa. Trata-se da expansão das vagas no ensino noturno nas Ifes – ou da abertura de cursos noturnos, crucial para atender a estudantes trabalhadores. Um dos poucos artigos que trata dessa problemática é o intitulado “Expansão faz crescer número de matrículas em cursos noturnos”, publicado em 2011 no portal MEC/Reuni, no qual, com base em dados da Secretaria de Educação Superior do MEC, a autora pretende, entre outros, evidenciar uma evolução positiva das matrículas noturnas em decorrência do Reuni. Afirma-se na reportagem:

Em 2006, o conjunto das universidades federais registrou 139,3 [na verdade, foram 149,4 mil, conforme a Sinopse da Educação Superior Inep/2006] mil matrículas no turno da noite. Em 2009, o número subiu para 183,6 mil, o que representa acréscimo de 44,3 mil ingressos [34,3 mil, fazendo a correção] de alunos em quatro anos. (LORENZONI, 2011)

Destacar um aumento das matrículas noturnas nas Ifes não necessariamente conduz à conclusão de que a meta do Reuni de expansão das vagas noturnas nas federais foi alcançada. Mais ainda: os dados quantitativos ressaltados na citada matéria permitem concluir que, nas IES federais, a proporção entre matrículas presenciais totais e matrículas noturnas permaneceu renitentemente em torno dos 25% do total por todo o período de existência do programa, percentual esse que já se apresentava em 2001. Durante cerca de dez anos, apenas uma em cada quatro matrículas presenciais nas federais era noturna. Só no ano de 2010 essa proporção passou a 28%, chegando a 30% em 2011 e aí estacionou até 2015. Ou seja, nas Ifes, o máximo a que se chegou, com o Reuni, foi à proporção de três vagas noturnas a cada dez presenciais.

A propósito, a participação das instituições federais no cômputo geral das matrículas presenciais de graduação continua muito baixa e se mostra praticamente estagnada de 2000 até 2014 e 2015, não obstante os esforços no sentido de incrementá-la significativamente. A situação piora quando se isola a participação das Ifes nas matrículas no turno da noite. Nacionalmente, preponderam as matrículas noturnas (56% do total em 2000, 58% em 2002/2003, 61% em 2006, e 63% em 2008, se estabilizando neste patamar), sobretudo devido à participação das IES privadas. A participação do segmento público federal (Ifets inclusive), muito relevante para a real inclusão da clientela estudantil trabalhadora do país, tem sido, na verdade, acabrunhante, não passando dos 8% no total das matrículas noturnas, de 2011 a 2015. Nos quinze anos estudados, a participação das instituições públicas estaduais é mais significativa do que a das federais, a despeito da melhor infraestrutura, orçamento e acesso a recursos do Reuni, nessas últimas. Veja-se a representação do que foi dito no gráfico 13.

Gráfico 13 – Matrículas no ensino superior: cursos noturnos – 2000-2014 (em milhares)



Fonte: Semesp, a partir de dados dos Censos da Educação Superior – Inep.

Em termos globais, a análise comparada evidencia que as instituições privadas se encarregaram de impulsionar mais as taxas de crescimento das matrículas de graduação presencial (noturnas⁴⁷ e diurnas). Nos anos de 2007 e 2008, as taxas de crescimento globais de matrícula e aquelas referentes às Ifes praticamente se equivaleram e, a partir de então, até 2013, as taxas de crescimento percentual das matrículas totais (diurnas + noturnas) nas Federais se elevaram mais significativamente, por conta do aumento da oferta de vagas diurnas, provável decorrência do Reuni.

Por fim, é preciso ressaltar ainda que, na sequência da criação do Reuni, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/2008, que criou os institutos federais de educação, ciência e tecnologia (Ifets),

47 Segundo o Sisprouni, só a contribuição do Prouni importou, de 2005 até o segundo semestre de 2014, na destinação de 945.746 bolsas de estudo no turno da noite, perfazendo 74% das concessões totais.

tendo em vista impulsionar a oferta e o desenvolvimento do ensino técnico e tecnológico. Na realidade, tratou-se aqui de uma original reorganização e expansão do sistema de educação técnica e profissional preexistente e composto pelos antigos centros federais de educação tecnológica (Cefets) e as escolas técnicas e agrotécnicas federais. Ao criar uma rede de instituições federais, pretendeu-se dotar todas as unidades da federação de modernas estruturas educacionais de oferta de cursos superiores de tecnologia em nível de graduação e de pós-graduação, cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de formação de professores de ciências, entre outros.⁴⁸ Entretanto, pode-se dizer que de 2008 a 2015 o crescimento das matrículas nesse segmento técnico e tecnológico, de nível médio e superior, embora expressivo, não chegou a apresentar taxas condizentes com a boa, complexa, descentralizada e cara estrutura institucional implantada nos Ifets, que hoje reúnem centenas de *campi* educacionais e profissionalizantes espalhados por todas as unidades da federação.

O perfil dos alunos e professores da educação superior

Em 2014, primeiro ano de vigência do PNE II, o aluno típico da graduação⁴⁹ presencial brasileira era mulher, ingressou no ensino superior com 21 anos, estudava à noite em IES privada e fazia bacharelado. O estudante típico da graduação a distância também era mulher, fazia licenciatura em IES privada, na qual ingressara com 32 anos.

.....
48 Complementação relevante nessa estratégia de desenvolvimento e difusão do ensino profissionalizante no país foi a instituição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) pela então presidente Dilma Rousseff (Lei nº 12.513/2011), com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, buscando ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada dos jovens, dos trabalhadores e dos beneficiários de programas de transferência de renda. De 2011 a 2014 registraram-se mais de 8 milhões de matrículas por meio do Pronatec, entre cursos técnicos e de qualificação profissional, de curtíssima, curta, média e longa duração, ministrados, em sua maioria, pelo setor privado, por meio das unidades técnicas do Sistema S, em mais de 4.300 municípios. Em 2015, o programa atingiu 1,3 milhão de matrículas. No momento, o Pronatec, renomeado Mediatec, passa por reestruturação.

49 Essa seção se apoia na Nota sobre o Censo da Educação Superior de 2014 (INEP, 2014).

Em 2014, foram oferecidas mais de 8 milhões de vagas em cursos de graduação, sendo 78,5% delas vagas novas e 21,1%, remanescentes. Das vagas novas oferecidas, 44,2% foram preenchidas, enquanto apenas 17% das vagas remanescentes foram ocupadas. Todos os graus acadêmicos tiveram aumento no número de ingressos e quase dois terços dos novatos entraram em bacharelados.

Estudavam à noite 63% dos alunos. Entretanto, na rede estadual e, principalmente, na rede federal, os cursos diurnos reuniam o maior percentual de estudantes. E, ao passo que no turno noturno as matrículas cresceram 66,6% entre 2004 e 2014 (principalmente no setor privado), no turno diurno, elas expandiram 40,2%.

A maioria das graduações presenciais localizava-se na região Sudeste (45,4%), e a interiorização da educação superior, no que toca aos cursos, é um fato: em 2014, quase 2/3 dos cursos presenciais situavam-se em municípios do interior.

As matrículas nos cursos tecnológicos tomam impulso a partir de 2007, ano de criação dos Ifets (ou IFs). Com o crescimento das matrículas nos cursos tecnológicos a distância, essa modalidade passa a representar, em 2014, mais de um terço das matrículas do segmento. Entre os estudantes de cursos de tecnologia, 62,6% deles frequentavam cursos presenciais e, entre 2013 e 2014, o número das matrículas por EAD teve um crescimento de 12,7%.

Segundo o governo federal, de 1909 até 2002 haviam sido criados no país apenas 140 *campi*⁵⁰ de instituições de educação tecnológica; nos governos Lula, foram criados 214 novos *campi* e, no primeiro governo Dilma, mais 208 *campi*, totalizando, em 2014, 562 *campi* do gênero, que atendem a 512 municípios. Entretanto, o Censo da Educação Superior de

50 O conceito atual de *campus*, no domínio da educação técnica e tecnológica, é abrangente e se aplica a uma universidade tecnológica, como a do Paraná, aos antigos Cefets, às escolas técnicas, aos novos institutos federais e também se aplica a seus "satélites" institucionais cujas atividades são disponibilizadas no interior do país.

2014 registrava 1.029.767 matrículas nos cursos de formação de tecnólogos em todo o país, 86% delas no setor privado, sendo que o conjunto das instituições federais congregava somente 6% dessas matrículas.⁵¹ As universidades detinham a maioria das matrículas nos cursos tecnológicos (42% do total), e nessas instituições, 93% das matrículas estavam no setor privado.

Em síntese, o setor privado, durante todo o período analisado, predomina em número de IES, na oferta de cursos de graduação e tecnológicos e nas matrículas da graduação. Mas a rede pública tem maior participação nas matrículas na pós-graduação. Em 2014, das 299.355 matrículas em cursos de pós-graduação, 170 mil (ou 57%) se registravam em instituições federais; 79.633, em estaduais; e 1.335, em municipais.

O docente típico da rede pública de educação superior tinha doutorado, e, na rede privada, o mestrado era o grau de formação mais frequente entre os professores. Na rede pública, o número de funções docentes em tempo integral teve um considerável aumento nos últimos dez anos, e em 2014, pela primeira vez, os docentes da rede privada em tempo parcial superaram os professores-horistas.

Os cursos mais procurados

Os bacharelados detinham participação de 67,5% na matrícula em 2013, enquanto licenciaturas e cursos tecnológicos participavam, respectivamente, com 18,9% e 13,7%. Os bacharelados mais procurados eram administração, direito e pedagogia. Em 2014, a graduação por EAD reuniu 1,34 milhão de matrículas e o curso mais procurado foi pedagogia, com mais de 330 mil matriculados; na sequência vinha o curso de administração, com 178 mil alunos, e, em terceiro lugar, o curso de serviço social, com

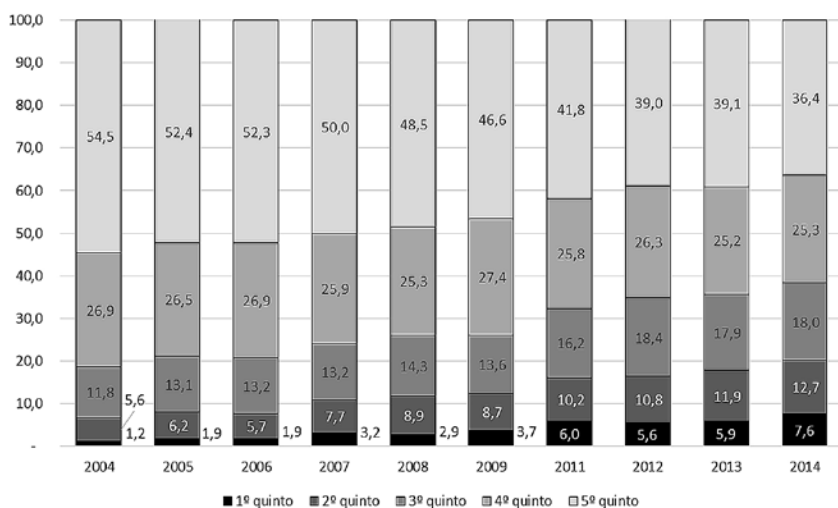
.....
51 Em 2015, o Censo registrou 1.010.142 alunos matriculados em cursos tecnológicos, 85% em estabelecimentos privados, 61% em cursos presenciais. Eram 68.862 os matriculados em instituições federais (6,8% do total, 88% em cursos presenciais). Nos 860.933 matriculados em instituições privadas, 56% em cursos presenciais e 44% em cursos a distância.

101 mil estudantes. Em 2015, 12,6% dos alunos estavam matriculados em cursos tecnológicos, 18,4% em licenciaturas e 69% em bacharelados.

Quanto às escolhas dos bolsistas do Prouni, no primeiro semestre de 2016, elas assim se distribuíam: engenharias (28.110 bolsas), administração (20.743), pedagogia (13.979), direito (13.511), ciências contábeis (11.028), engenharia civil (8.688), educação física (8243), enfermagem (6.986), gestão de recursos humanos (5.934), engenharia de produção (5.589) e psicologia (5.113). Nos cursos de medicina foram distribuídas apenas 838 bolsas.

No que respeita à renda, o gráfico 14 permite constatar que uma democratização na educação superior está de fato em curso, indicada pelo crescimento lentíssimo, mas constante, de pessoas posicionadas no primeiro quintil de renda (20% da população com renda mais baixa). Até 2006, o percentual de pessoas nessa posição que haviam ingressado nas IES públicas não chegava a 2%; em 2009, a presença dos alunos do estrato mais pobre atingiu 3,7% de participação, 6% em 2011 e 7,6% em 2014. O quintil dos 20% da população mais abonados, que de 2004 a 2007 reunia mais da metade do alunado da rede pública de ensino superior, perdeu participação até chegar a 35,4%, em 2014.

Gráfico 14 – Distribuição percentual de estudantes na rede pública de educação superior, por quintos de renda mensal domiciliar *per capita* – 2004-2014



Fonte: IBGE.

Esses resultados se relacionam com as políticas afirmativas implementadas no âmbito educacional nos últimos vinte anos, com destaque para os programas e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que aos poucos vão garantindo uma melhor representação no alunado de pessoas pertencentes a grupos populacionais antes alijados dessa possibilidade, seja pela renda, pelo tipo de escola frequentada, seja por efeito de pertencimento a certa etnia ou por ter deficiência.

Na rede privada, em contraste, parte-se de uma composição, em 2004, na qual 68,4% dos alunos pertenciam ao quinto quintil (20% mais ricos da população). Esse estrato perde espaço e cai para 52% (2009) e 40,9% (2014). Os estudantes do primeiro quintil, o mais pobre, que em 2004 constituíam apenas 0,6% do alunado nas IES privadas, quadruplicaram sua participação em 2011 (2,4%) e alcançaram 3,4% (2014). Os alunos do segundo quintil entre os mais pobres, registram os maiores ganhos: de 2,2% (2004)

a 10,3% (2014). Pode-se estimar que o Prouni e o Fies sejam responsáveis por boa parte dessas transformações sociais no segmento privado.

As perspectivas

Na direção dos dados constantes dos Censos da Educação Superior, uma pesquisa analítica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵² sobre esse nível educacional, de 2004 a 2014, permite afirmar que há em curso tendência à democratização da educação superior, impulsionada pela ampliação do acesso derivada do aumento na escolarização da população e pela melhoria das condições de vida das famílias.

Políticas públicas afirmativas como o Prouni, o Fies, o Reuni e a expansão da rede de educação técnica e tecnológica são relevantes nesse contexto. Os censos do Inep exibem, a partir de 2009, um aumento da participação de alunos matriculados em cursos de bacharelado das instituições públicas, cujo acesso se deu por meio de reserva de vagas: de 2009 a 2013 esse percentual dobrou, passando de 5,6% em 2009 para 11,6% em 2013. Além disso, houve, no período, uma expansão de 808.902 para 1.123.580 do total de matriculados nos bacharelados do setor público. Em entrevista concedida em janeiro de 2016 (METADE..., 2016), o então ministro da Educação Aloízio Mercadante declarou que metade do ensino superior bancado pelo governo atendia aos requisitos dos programas de cotas raciais e sociais.

As instituições privadas também ampliaram o percentual de matrículas associadas a algum tipo de financiamento estudantil: em 2009, o percentual de matrículas com financiamento não reembolsável em cursos de bacharelado presencial era de 18,8%, passando a 25,4% em 2013, sendo que 30% eram bolsistas do Prouni. E cresceu o número de alunos com

.....
52 Os resultados da referida pesquisa são reportados no artigo de Vinícius Lisboa (2015).

financiamentos reembolsáveis como o Fies (mesmo considerando a significativa queda no número de contratos após 2014).

Mas essa tendência à democratização da educação superior é uma realidade que avança muito lentamente no país. Conforme o IBGE, os brancos e membros da parcela mais abonada da sociedade ainda são maioria nas IES: em 2004, 54,5% dos estudantes de graduações públicas pertenciam ao quinto quintil, com renda *per capita* média de R\$ 2,9 mil. Em 2014, 36,4% das vagas das universidades públicas eram ocupadas por esse grupo. Por outro lado, a proporção de estudantes no primeiro quintil, com renda *per capita* média de R\$ 192, correspondia a 1,2% do total, subindo essa proporção para 7,6% em 2014; os dados revelam também crescimento maior da participação dos alunos das camadas médias da sociedade.

Do ponto de vista da inclusão étnica, o IBGE aponta que, em 2004, 16,7% dos estudantes pretos e pardos do país, na faixa dos 18 aos 24 anos, estavam matriculados no ensino superior, participação que cresceu para 45,5% em 2014. Entretanto, não chegam a atingir o percentual que os estudantes brancos da mesma faixa etária apresentavam em 2004: 47,2%. Em 2014, 71,4% dos estudantes brancos de 18 a 24 anos já frequentavam as IES.

As mulheres, que já predominavam em 2004, alcançaram, em 2014, percentual de 63,35% do total de estudantes de graduação.

Segundo o IBGE, o número de jovens de 15 a 29 anos que estudam e trabalham decresceu na década pesquisada. Eram 22,6%, em 2004, e, 10 anos depois, esse índice caiu para 17,3%. Mas o grupo de jovens que não estudam nem trabalham manteve-se estável e correspondia a um quinto da faixa etária. E o número de indivíduos que somente estudam cresceu de 59,3% para 67%.

Acerca da meta de melhorar a distribuição regional das matrículas, houve acréscimo no percentual de estudantes de graduação em todas as regiões, no período estudado, mas a desigualdade regional permanece. A interiorização nesse nível de ensino cresceu, mas variou pouco percentualmente.

Não obstante o esforço e o dispêndio dos cofres públicos com o Reuni e o impulso afirmativo da Lei de Cotas, as instituições federais ainda exibem participação inexpressiva nas vagas noturnas, o que prejudica o acesso dos estudantes trabalhadores ao ensino de qualidade oferecido.

Considerações finais

O confronto entre as realidades encontradas em 1998, tornado ponto de partida do PNE I, e aquelas que compõem a cena do ponto de partida do PNE II, em 2014, revela mudanças significativas quanto à situação da educação superior em nível de graduação.

No início da vigência do PNE II, o país já contava com 7,8 milhões de matrículas em quase 33 mil cursos de graduação de 2,4 mil instituições espalhadas por todo o Brasil.

Fica clara, na tabela 7, que se segue, a hegemonia do setor privado durante todo o período de vigência do PNE I e nos quatro anos subsequentes (2001-2014). Em contraste, as IES federais perderam posição em todos os indicadores importantes, inclusive evidenciando, em 2014, um problema de que não padeciam até então: a ocorrência significativa de vagas não preenchidas.

Segundo o Instituto Lobo, de 2006 a 2009 foi registrada *evasão* de 22% por ano para o conjunto de cursos superiores presenciais: 11% em IES públicas e 25% nas IES privadas. O MEC trabalhava com estimativa diferente, em 2010: independentemente do tipo de universidade, o índice de evasão era de 13,2% nas IES públicas e 15,6% nas privadas.

O ministério considerava que uma das medidas de combate à evasão mais importantes era a oferta de apoio aos estudantes no início dos cursos, mais do que a decepção com a carreira escolhida, a falta de condições financeiras ou acadêmicas para acompanhar o ritmo das aulas. O MEC já vem desenvolvendo alguns programas de apoio ao estudante, mas o crescimento da evasão e das vagas não preenchidas, nas Ifes, em um contexto de expansão das políticas afirmativas, segue preocupando as autoridades educacionais.

O Censo de 2015, por sua vez, confirma o problema apontado: registra que, nas federais, 90% das vagas novas foram ocupadas, e que havia, naquele ano, 27,4% de vagas remanescentes a distribuir, confirmando que as preocupações do MEC têm razão de ser.

Tabela 7 – Educação superior: instituições, cursos, vagas oferecidas e não ocupadas, ingressos e matrículas – 1998 e 2014

Educação superior										
	TOTAL		FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PRIVADA	
	1998	2014	1998	2014	1998	2014	1998	2014	1998	2014
Instituições	973	2.368	57	107	74	118	78	73	764 (79%)	2.070 (87%)
Cursos	6.950	32.878	1.338	6.177	1.125	3.781	507	1.078	3.980 (57%)	21.842 (66%)
Ingressantes	651.353	2.802.497 **	89.160 (14%)	309.531 (11%)	67.888	136.688	39.317	48.290	454.988 (70%)	2.307.888 (82,3%)
Vagas oferecidas	776.031	6.345.652 *	90.788	343.281	70.670	166.164	44.267	84.441	570.306 (75%)	5.751.766 (91%)
Vagas não preenchidas	124.678 (16%)	3.543.155 (56%)	1.628 (1,8%)	33.750 (10%)	2.782	29.476	4.950	36.151	115.318 (20%)	3.443.878 (60%)
Matrículas	2.125.958	7.828.013	408.640 (19,2% do total)	1.180.068 (15%)	274.934	615.849	121.155	165.085	1.321.229 (62,1% do total)	5.867.011 (75%)

Fonte: Sinopses da Educação Superior.

(1) Vagas novas oferecidas.

(2) Ingressantes nas vagas novas.

As taxas de escolarização crescem modesta e lentamente, embora os aumentos quantitativos sejam significativos. Assim, em 1998, a taxa líquida

de escolarização no nível superior era de 6,9%, subiu para 9% (2001), 17,7% (2014) e chegou a 18,1% (2015). Considerando o ritmo de crescimento observado nesses quase 20 anos, será difícil alcançar o ponto ótimo previsto no PNE II, a saber, atendimento de 33% dos jovens de 18 a 24 anos. De toda maneira, 18,1% é a maior taxa de escolarização líquida já atingida no país, sendo maior entre as mulheres, na população urbana, no quartil mais rico e entre os brancos. No entanto, nos seis anos entre 2009 e 2015, o indicador avançou apenas 3,3 pontos percentuais, ritmo insuficiente para o cumprimento da meta em 2024.

Ademais, o tempo é de escassez, para o Reuni, o Fies ou o Prouni, o que gera insatisfação e reivindicações nos setores atingidos. Entre os alunos, que veem encolher suas perspectivas de estudo em nível superior, considerada a conjuntura de crise econômica por que passa o país, também há queixas. O governo federal passou recentemente a priorizar cursos e regiões nas concessões do financiamento estudantil (como os de formação de professores, saúde e engenharias), decisão louvável, considerado o volume de recursos implicado e as carências do país, mas ainda não se pode dizer que o perfil de cursos financiados sob critérios de necessidade social experimentou grande alteração. Em 2016, direito, administração e enfermagem continuavam a concentrar um terço dos contratos do Fies. Houve avanço nos cursos de saúde: em 2014, a área registrava 16% das concessões; em 2016, chegou a 21%.

Resta ao governo tentar a expansão do Prouni, mas, tendo em vista série histórica gerada em tempos melhores, pode haver limite nas adesões e continuidade das restrições dos cursos para oferta de bolsas. A boa e recente notícia, divulgada em 2017, é que o desempenho dos bolsistas do Prouni no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) equivale ao dos não bolsistas.

Agravando o não atingimento da meta de expansão das matrículas para atendimento de até 33% dos jovens na faixa de 18 a 24 anos e da

reposição da meta de 30% de atendimento dessa faixa etária, caiu, entre 2014 e 2015, o número de novos ingressos na educação superior, tanto no setor público (-2,6%) quanto no privado (-6,9%),⁵³ de par com a redução da oferta de novos contratos do Fies.

Pode-se concluir dizendo que o PNE I foi elaborado e sancionado no contexto de uma ampla reforma educacional, cujos contornos foram esboçados em 1995, com a reforma do Estado, delineados com as transformações decorrentes da reforma universitária de 1968 e consolidados com a edição, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O contexto histórico de aplicação do PNE II é bem diferente, mas não menos desafiador. Já há uma boa base, é certo; a sensibilização da sociedade para a importância da educação é grande e as iniciativas de combate às iniquidades sociais estão em curso e são muitas. Entretanto, a instabilidade política, a profunda e ampla crise econômica e a formação ainda insuficiente do conjunto dos professores de educação básica constituem balizas nem sempre flexíveis a impor limites para os caminhos da democratização do ensino superior, a serem trilhados até 2024.

Mas, para não dizer que aqui não se falou de flores, alvissareira é a informação de que ao menos uma das mais importantes metas referidas à educação superior está em vias de ser alcançada: é a meta 13 do PNE II, que, tendo em vista incrementar a qualidade da educação superior, define que a proporção de mestres e doutores em efetivo exercício, nesse nível educacional, deve alcançar os 75% até 2024. Segundo o movimento Todos pela Educação, de 2008 a 2014 o aumento do número de mestres e doutores foi de quase 15%, alcançando o índice de 74,3%.

.....
53 O número de novos alunos na rede privada caiu de 2.562.306 para 2.385.861, perfazendo -6,9% de taxa de crescimento. Esses dados consideram as vagas totais: as oferecidas nos vestibulares do ano e as remanescentes de outros vestibulares, e ainda as criadas por desistência de alunos. Considerando apenas a taxa de ocupação de novas vagas, oferecidas nos vestibulares, a rede privada apresenta desempenho pior ainda, com queda de 8,7% (eram 2.307.988 calouros em 2014 e 2.105.835 em 2015). Reforça essa tendência de declínio das matrículas o fato de o crescimento da inadimplência do Fies já montar, no momento, a mais de 50% dos contratos, apontando a insustentabilidade do programa nos termos atuais.

A autora agradece a colaboração do técnico João Carlos Afonso Costa na elaboração dos gráficos e tabelas deste artigo.

Referências

BRASIL. *Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

_____. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. *Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001* (PNE I). Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

_____. *Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001*. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

_____. *Lei n. 11.128, de 28 de junho de 2005*. Dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (Prouni) e altera o inciso I do art. 2º da Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

_____. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008* (Lei dos Ifets). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. *Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2006*. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), n. 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a

organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, n. 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e n. 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências.

_____. *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas)*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

_____. *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014 (PNE II)*. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão n. 3001/2016*. Plenário. Relator: Ministro Ana Arraes. Sessão de 23 nov. 2010. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/data/files/08/43/F7/B1/51B98510784389852A2818A8/011.884-2016-9%20_FIES_.pdf>. Acesso em: 19 maio 2017.

_____. *Relatórios de auditoria em programas educacionais: Prouni, Fies, Mais Médicos*. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/comunidades/avaliacao-de-programas-de-governo/fiscalizacoes-realizadas/educacao/>>. Acesso em: 11 maio 2017.

_____. *Relatório de auditoria no Fundo de Financiamento Estudantil: 2016, Grupo 1 – classe V – TC 011.884/2016-9*. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/data/files/08/43/F7/B1/51B98510784389852A2818A8/011.884-2016-9%20_FIES_.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2017.

CASTRO, Claudio de Moura. Educação no Brasil: atrasos, conquistas e desafios. In: AMORIM, Ricardo L. C.; CAMPOS, André Gambier; GARCIA, Ronaldo Coutinho (ed.). *Brasil: o estado de uma nação, Estado, crescimento e desenvolvimento, a eficiência do setor público no Brasil*, 2007. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. Disponível em: <<http://www.ipea>

gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Livro_estadonacao2007.pdf>. Acesso em: 19 maio 2017.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. *Tendências na educação superior do Brasil*. Brasília: MEC/Inep, out. 2000.

CHACON, José-Marcelo-Traina; CALDEIRON, Adolfo-Ignacio Calderón. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo FHC ao governo Lula. *Universia Publicaciones*, v. 6, n. 17, 26 jan. 2017. Disponível em: <<https://ries.universia.net/article/view/1099/1645>>. Acesso em: 11 maio 2017.

CORBUCCI, Paulo Roberto. *Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil*. Brasília: Ipea, abr. 2014. (Texto para Discussão; n. 1.950). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3021/1/TD_1950.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

ENSINO Médio. *observatoriodopne.org.br*. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/3-ensino-medio>>. Acesso em: 5 maio 2017.

IBGE. Estatísticas, dados populacionais e indicadores. *ibge.gov.br*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 11 maio 2017.

INEP. Censo da Educação Superior: notas estatísticas, 2014. Brasília: MEC; Inep, 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em: 19 maio 2017.

_____. Notas e sinopses estatísticas da educação superior. *inep.gov.br*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 11 maio 2017.

LISBOA, Vinícius. Número de estudantes no ensino superior aumenta; maioria ainda é branca e rica. *Agência Brasil*, 4 dez. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/ensino-superior-avanca-25-pontos-percentuais-entre-jovens-estudantes-em-10>>. Acesso em: 15 maio 2017.

LORENZONI, Ionice. Expansão faz crescer número de matrículas em cursos noturnos. *Portal Reuni*, 30 maio 2011. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/noticias/37-noticia-destaque/963-expansao-faz-crescer-numero-de-matriculas-em-cursos-noturnos>>. Acesso em: 15 maio 2017.

MERCADANTE, Aloizio. *Perspectivas da educação no Brasil*. Brasília. 11 nov. 2015. 97 slides. Apresentação em Power-point. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27011-ministro-apresenta-camara-13nov-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 maio 2017.

_____. *Perspectivas da educação no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 22 nov. 2016. Apresentação em Power-point.

_____; SOARES, José Francisco. *Censo da Educação Superior: 2013*. Brasília: Inep/MEC, set. 2014. [Apresentação].

METADE do ensino superior bancado pelo governo atende negros e pobres. *G1*, 11 jan. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/01/metade-do-ensino-superior-bancado-pelo-governo-atende-negros-e-pobres.html>>. Acesso em: 15 maio. 2017.

MORENO, Ana Carolina. Fies tem inadimplência em 49,8% dos contratos em fase de pagamento. *G1*, 8 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/fies-tem-inadimplencia-em-498-dos-contratos-em-fase-de-pagamento.ghhtml>>. Acesso em: 15 maio 2017.

OBSERVATÓRIO do PNE. *observatoriodopne.org.br*. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br>>. Acesso em: 5 maio 2017.

PROUNI deve custar R\$ 1,27 bilhão em 2016, maior valor desde sua criação. *G1*, 24 jan. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/01/prouni-deve-custar-r-127-bilhao-em-2016-maior-valor-desde-sua-criacao.html>>. Acesso em: 15 maio 2017.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. *Revista Ensino Superior*, Unicamp, n. 4, p. 28-43 14 out. 2011. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes>>. Acesso em: 11 maio 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. Os custos do PNE: o rei está nu. *Simon's Site*. 23 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=5645&lang=pt-br>>. Acesso em: 12 maio 2017.

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO Federal (Brasil). Siafi. *tesouro.fazenda.gov.br*. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi>>.

TASHIBANA, Thiago Yudi; MENEZES FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno. Ensino superior no Brasil. *insper.edu.br*, dez. 2015. (Policy Paper, n. 14). Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2012/05/Ensino-superior-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.